

Aos vinte dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, às dezessete horas, na sede do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, sito a Rua Tarquínio Cobra Olintho, número 69, Vila Pereira, município de São José do Rio Pardo, SP, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos do RPPS de São José do Rio Pardo, presentes os seguintes membros: Anderson Luís Fonseca Pirola, Cintia Ribeiro da Silva, Eduardo de Paula Marin, Filipe Giordan Santos Garcia e Fabiano Boaro de Sousa. Assuntos da pauta: 1 – Acompanhamento dos Investimentos relativo ao 2º trimestre de 2021; 2 – Definição da indicação para fundo de investimento do índice Small Caps. 3 – Assuntos Diversos. Sr. Fabiano abriu a reunião agradecendo a presença de todos, antes dos assuntos de pauta, foi dado espaço para o Banco do Brasil através do seu analista Wladimir para um bate papo com intuito de passar mais informações sobre produto do Banco do Brasil que estamos analisando. Após ser anunciado, sr. Eduardo apresentou ao analista cada membro do Comitê dado início a sua explanação. Wladimir arguiu que a visão da gestora para fundos Small Caps em períodos turbulentos como o que iremos atravessar por conta das eleições no ano de 2022 poderá trazer volatilidade para esse seguimento, ficando um alerta para o IMP na ótica do Banco do Brasil. Adentrando o assunto aguardado, Wladimir apresentou relatório comparativo com a concorrente Caixa Econômica Federal, balizando os fundos Small para melhor comparação, o analista do BB enfatizou que os fundos comparados apresentaram rentabilidades bem próximas em janelas alternadas e que no longo prazo o fundo da Caixa apresentou melhor rentabilidade, ambos não superaram o índice Small. Ao final da explanação Wladimir pontuou que o Banco do Brasil detém de uma grade de fundos de investimentos com gestões ativas na renda variável o que na opinião do analista ajudará os RPPS na diversificação da carteira contribuindo com a descentralização em um determinado índice do Ibovespa, por fim, o analista agradeceu o espaço dado ao Banco do Brasil de conversar um pouco com o Comitê do IMP desejando novos encontros, colocando o Banco do Brasil a disposição. Para os assuntos de pauta, o presidente passou a palavra ao sr. Eduardo para explanação do relatório do 2º Trimestre de 2021. Para acompanhamento foi entregue a cada membro cópia do relatório, o primeiro item analisado foi “posição dos ativos”, rentabilidade individualizada dos fundos de investimentos: renda fixa na ponta longa os fundos IMA-B com rentabilidade de 2,09% na ponta curta fundo Bradesco DI com 0,72%, Itaú Alocação com 0,67%, na renda variável com destaque para o fundo Itaú Index com 8,70%, Caixa Valor RPPS com 8,51%, Caixa Valor Dividendos com 6,71% e iniciado no mês de junho o fundo Caixa BDR com 0,81%. No contexto anualizado a carteira fechou com -0,10% e a meta atuarial com 6,69%. Concluindo com considerações: Conforme mencionado pela consultoria financeira LDB, a crise enfrentada contra o Corona-Virus começou a animar a economia mundial, como a vacinação avançada especialmente no EUA, Europa e Asia, as exportações impulsionaram os índices de renda variável, abrindo sinal verde para o investimento acionário como principal desenvolvimento para diversificação dos ativos financeiros, o que o IMP vem realizando gradativamente. No Item 2 da pauta, para definição do fundo Small, os membros do comitê por unanimidade escolheram o fundo Caixa FI Ações Small Caps Ativo CNPJ 15.154.220/0001-47, o fundo apresentou na lâmina de junho o Patrimônio Líquido de R\$.1.2 bilhões de reais, aplicação inicial de R\$.1.000,00, rentabilidade histórica de 18,63% em 6 meses, 53,35% em 12 meses e 49,70% em 24 meses. Sr. Eduardo acrescentou que o fundo irá contribuir com a diversificação dos ativos na renda variável dando um grande passo caso o Conselho Administrativo aprove a indicação. Por fim não havendo mais assuntos para discussão, sr. Presidente Fabiano agradeceu os membros pela presença encerrando a reunião do dia. Eu, Eduardo de Paula Marin, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos.

Anderson Luís Fonseca Pirola_____

Cintia Ribeiro da Silva_____

Eduardo de Paula Marin_____

Fabiano Boaro de Sousa_____

Filipe Giodan Santos Garcia_____

Ata da Reunião Extraordinária do Comitê de Investimentos do Instituto Municipal de Previdência de São Jose do Rio Pardo. Ao nono dia do mês de agosto o do ano de dois mil e vinte e um às nove horas, na sede do Fundação Educacional de São José do Rio Pardo, localizado à Avenida Deputado Eduardo Vicente Nasser, número oitocentos e trinta e dois, Centro, a cidade de São José do Rio Pardo, reuniu-se extraordinariamente os Conselhos: Administrativo, Fiscal e Comitê de Investimentos do IMP. Membros presentes do Conselho Administrativo: Antônio Carlos Jardim; Bruna Braz Bocamino Tomé; Carlos Henrique da Trindade; Cleonice Aparecida Ludovique Callegari; Francisco Carlos de Oliveira; José Humberto Tardelli; Lígia Assumpção Fernandes Nóbrega; Lilian do Carmo Molfi de Lima; Luiz Roberto de Oliveira; Marco Antônio Gumieri Valério; Maria Cristina Silvério; Mário Aparecido Gusmão; Regina Marcia Braz Bocamino; Rosilene Pereira Pazim; Vanessa Marques Ferreira Alves; Velmor Baldassim e Wanderley Aparecido Fernandes, ausentes: Alcidez Tiezzi; Hamilton Torres e o Presidente do Conselho Adminsitrativo sr. Hélio Escudero, o qual por motivos de saúde justificou ao Diretor Executivo do IMP sua ausência. Membros do Conselho Fiscal do IMP: Elias Batista Galdino; Hilton do Nascimento Pereira; Luis Antônio Simões; Renato Donizete Marcelino Gonçalves; Rosilda de Sousa Sapucaia; Verônica Aparecida da Silva Mantovani e o Presidente do Conselho Fiscal sr. Marco Antônio Ferreira da Silva. Membros do Comitê de Investimentos: Anderson Luis Fonseca Pirolla; Cintia Ribeiro da Silva; Eduardo de Paula Marin Diretor Financeiro do IMP e sr. Fabiano Boaro de Sousa Presidente do Comitê de Investimentos, acumuladamente Diretor Executivo do IMP. Vereadores presentes: Antônio José Quessada Neto; Henrique Torres; Lúcia Helena Libânio da Cruz; Paulo Sergio Rodrigues; Pedro Ernesto Merli Giontamassi e o Presidente da Câmara Municipal sr. Rafael Castro Kocian. Atendendo a pedido do Conselho Administrativo do IMP, presente o Prefeito do Município de São José do Rio Pardo sr. Marcio Callegari Zanetti. Havendo número legal de participantes o sr. Fabiano Boaro de Sousa declarou aberta a reunião apresentando os motivos da reunião com o Chefe do Executivo Municipal, tratar de assuntos relacionados ao Déficit Atuarial do Instituto Municipal de Previdência e formas do seu equacionamento. Fabiano Boaro de Sousa, encaminhou partes da avaliação atuarial de dois mil e vinte expondo o quadro de aportes de quanto a Prefeitura deverá aportar ao longo de trinta e quatro anos, sendo os aportes nos primeiros dois anos corresponde somente a um terço dos juros calculados no sistema de escolhido para amortização do déficit atuarial, sendo o montante de R\$.5 (cinco milhões de reais) para os exercícios dois mil e vinte e um e vinte e dois, posteriormente os valores elevariam sucessivamente atingindo R\$.20 mi. (vinte milhões de reais) até o termino no de dois mil e cinquenta e cinco . Outro ponto importante do quadro da citada avaliação foi o anexo II, discriminando que no ano de dois mil e trinta e sete, caso nada seja efetivado para equacionar o déficit atuarial, os recursos do IMP serão insuficientes para os futuros compromissos de custear os benefícios previdenciários. Diante da real situação atuarial do IMP, foi então solicitado ao Chefe do Executivo Municipal que agendasse uma reunião com os órgãos do IMP, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e com os vereadores da municipalidade, para ouvir o que o Prefeito Municipal Sr. Marcio Callegari Zanetti tenha a prestar de informações quando ao déficit apresentado na avaliação atuarial. Com a palavra, o Prefeito Marcio Callegari Zanetti, teceu saudações aos presentes, esclareceu que havia recebido o pedido de reunião há dois meses, justificou da demora para marcar a reunião acreditando que não estivesse preparado para o assunto pleiteado, sabido das suas responsabilidades, fiscal e de novos parcelamentos assumidos no início da sua gestão, informou dá dificuldade da Prefeitura Municipal em assumir o atual plano de amortização sugerido na avaliação atuarial, evidenciou que pretende cumprir com todas as obrigações patronais na ordem de dezenove inteiros e trinta décimos por cento, depositando esforços para contribuir com a saúde financeira do IMP, envolvendo as responsabilidades junto aos órgãos do IMP: Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, vereadores e sociedade riopardense, disse também que será apresentado um plano da gestão com propostas que serão amplamente discutidas com o amparo da Secretaria de Previdência Social. Sr. Prefeito Marcio Callegari Zanetti, lamentou sobre os números apresentados dos déficits financeiro e atuarial do IMP, informou também que a Prefeitura Municipal herdou dívidas da gestão anterior e que também sofre com um déficit

financeiro pretendendo zerar até o fim desse exercício, confiante que irá apresentar uma proposta sólida entre algumas semanas, sentindo muito confortável se colocou inteiramente a disposição para juntos buscar melhores formas de equalização do déficit do IMP, finalizou agradecendo. Com a palavra o vereador e presidente de Câmara Municipal Sr. Rafael Castro Kocian, solicitou ao Diretor Executivo do IMP resumidamente informasse a evolução desse déficit atuarial. Sr. Fabiano Boaro de Sousa entregou cópia da página de número trinta da última avaliação atuarial realizada pela empresa Magma Assessoria com posição de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. O tema em ênfase destacado foi o Déficit Atuarial do IMP na ordem de R\$.254.086.240,76 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, oitenta e seis mil, duzentos e quarenta reais e setenta e seis centavos). No anexo II da avaliação atuarial, item demonstrativo das projeções atuariais do regime de previdência própria, o quadro demonstrou que o resultado negativo implica para o ano de dois mil e trinta e sete, que ao longo do tempo, caso não haja nenhuma iniciativa de amortização do déficit atuarial, no futuro próximo não haverá recurso para custeio de benefício. Ainda sobre o déficit atuarial, sr. Fabiano Boaro de Sousa, comentou que historicamente o IMP fundado no ano de mil novecentos e noventa e quatro, com dois anos de carência para captação de recursos, mostra que foram insuficientes, pois após os primeiros benefícios serem pagos pelo IMP, já apresentando resultado deficitário na avaliação atuarial do ano de mil novecentos e noventa e seis. Na ótica do sr. Fabiano Boaro de Sousa, foram diversos pontos do passado que atuarialmente contribuíram para chegasse nesse déficit atuarial, para o diretor, em tese as contribuições patronais por muitos anos no nível de treze inteiros e setenta e sete por cento, somado com as contribuições dos segurados ativos e inativos com dez por cento sobre os vencimentos ou proventos, outro ponto importante foi o período muito curto de carência e com regras de aposentadorias mais benéficas aos servidores em comparação aos tempos atuais, não representava naquela época um grande problema, pois os recursos que estavam entrando em caixa eram grandiosos, diante das despesas. Para alguns estudiosos, a exemplo da pirâmide, onde o ideal é ter a base com maior quantidade de servidores contribuindo e uma pequena parcela recebendo benefícios, isso já não acontece mais no IMP, existindo o desequilíbrio entre receitas de contribuições previdenciárias e despesas com benefícios, para tanto, encontrando um desequilíbrio de aproximadamente R\$.1,2 (um milhão e duzentos mil reais) por mês, por parte da diretoria do IMP existe estudo projetando em torno de quinhentos novos aposentados para os próximos dez anos, causando uma preocupação ainda maior aos gestores do IMP. Na fala do diretor executivo do IMP, os problemas identificados desde a criação do IMP e a inercia dos governantes em buscar soluções para o déficit atuarial, contribuíram para o desequilíbrio atuarial. Disse também que segundo a Portaria nº. 464/2018 existem algumas formas de tentar equacionar o déficit atuarial, sendo: aportes anuais ou mensais por alíquotas suplementares, aquisições de bens móveis, reforma nas regras de benefícios e segregação de massa. Explicou que segundo o posicionamento da Secretaria de Previdência dentre essas alternativas o mais importante é adequar a legislação do RPPS em conformidade com os dispostos na Emenda Constitucional nº. 103/2019 e entende que inicialmente deveria ser realizado testes de aderência das premissas e hipóteses atuariais utilizadas nas avaliações atuariais e cenários contemplando a reforma da previdência conforme aprovado pela União. Depois desta explanação disse o Sr. Prefeito Municipal que de fato precisa de um envolvimento geral de todos ali presentes e que já está sendo realizado um trabalho de revisão de premissas e que também entende que atualmente os RPPS se tornaram insustentáveis e reconhece da importância do Ente Municipal entrar com uma complementação, podendo majorar as alíquotas patronais ou aportes financeiros e que assume o compromisso de encarar o problema na procura de alternativas para minimizar esse problema. Voltando com a palavra o Sr. Fabiano, lembra novamente da importância de todos ali presentes estar alinhado e convencido de que o problema existe e precisa de uma solução, lembrou que o que mais preocupa a gestão do IMP é que se algo for apresentado que não obtenha o resultado desejado, os funcionários poderão arcar com o prejuízo, pois desde a publicação da Emenda Constitucional nº. 103/2019, caso o déficit atuarial estiver presente no regime próprio de previdência, poderá por lei municipal, criar alíquotas extraordinárias aos servidores ativos e inativos, distribuindo a responsabilidade para que